

# BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

## Editorial

### Antes como depois das eleições

## Só a Mobilização Unida dos Trabalhadores, Só a Greve

## Nos Devolverão as Conquistas Roubadas, os Salários, o SNS e o Futuro

O que, nestes últimos anos, temos denunciado, nas páginas deste boletim, é confirmado pelo balanço que os poderosos deste país fazem desta legislatura: que a “geringonça” foi a continuidade da troika (Pacheco Pereira); que, com ela, a direita perdeu as eleições, mas ganhou a batalha das ideias (um columnista ultra-reaccionário do Expresso); que o PCP e o BE viabilizaram orçamentos de fortíssima austeridade que degradaram os serviços públicos (Assis, deputado europeu do PS); e que acabou por ser tudo igual (à troika) porque a “realidade europeia” tornou os partidos em clones uns dos outros (editorial do Expresso).

Apesar deste balanço, a maioria dos trabalhadores e da juventude votará, nas legislativas, nos partidos tradicionais do movimento operário português, PS e PCP, e no Bloco de Esquerda.

Votam os trabalhadores por esperar que estes partidos rompam o espartilho das regras de Bruxelas, das agora chamadas “contas certas”? Não. Os trabalhadores sabem que não há que esperar isso do PS, PCP e Bloco. Por isso, aliás, cada vez mais são os que se abstêm.

Os trabalhadores sabem que as famosas “contas certas” só valem para destruir as suas conquistas, manter salários e reformas baixos, degradar a saúde pública, o ensino público, os transportes públicos.

Diferentes são as contas que valem para os lucros dos capitalistas e os juros da dívida pagos ao capital financeiro. São incertos, e muitos, os milhares de milhões a pagar ao Lone Star/Novo Banco. É incerto até onde chegarão os já mais de vinte mil milhões pagos aos accionistas da banca falida. É incerto o paradeiro fiscal do grande capital português, entre a Holanda e os paraísos fiscais.

Porém, todos os partidos, os da “geringonça” e, claro, a direita, já disseram que juravam pelas contas da “realidade europeia”, que faz deles “clones uns dos outros”.

O PS promete no seu programa atacar as “carreiras especiais” do Estado, ou seja, transformar os anos roubados pela troika aos professores em regra geral. E é moda, em nome do “desafio do clima”, prometer fechar centrais eléctricas — e despedir os trabalhadores.

Ao votarem nos seus partidos tradicionais, os trabalhadores já só esperam que, estando eles no governo, os ataques sejam menos violentos do que se for a direita.

No entanto, não faltou violência às requisições civis e à mobilização do exército e polícia contra motoristas e enfermeiros. O governo PS apoiado no PCP e BE fez ataques sem precedentes ao direito à greve.

O susto do patronato compreendia-se. Pois o que as greves de enfermeiros e motoristas mostraram foi que, ache-se o que se achar de alguns dirigentes desses sindicatos, a força dos trabalhadores, do seu número, é imensa e tudo vence.

O governo dobrou-se, como sempre, à lógica dos interesses do patronato, que é a lógica de Bruxelas, da “concorrência livre e sem entraves”. Mas foi vergonhoso ver os dirigentes da CGTP concentrarem também o seu fogo contra os trabalhadores, deixando passar impunes os ataques a direitos fundamentais.

Se uma coisa ficou clara foi, contudo, que as massas trabalhadoras, longe de estarem desmobilizadas, estão dispostas à acção, desde que seja mesmo para ganhar. E que se a greve for mesmo para ganhar, e for até ganhar, os trabalhadores vencerão. Já as jornadas de luta sem fim, divididas, que os dirigentes sindicais preferem, não só não “destabilizam” o patronato nem o governo, como servem, elas sim, para desmobilizar e desmoralizar.

Quaisquer que sejam os resultados das eleições, o único caminho para as massas trabalhadoras e a juventude poderem defender e alargar as suas conquistas é o caminho da mobilização, de tomar o seu destino nas mãos, romper com as contas e os tratados de Bruxelas e as algemas do capital financeiro internacional.

Contas certas, para os trabalhadores, são as que eles próprios controlem, determinando o uso de todos os recursos da nação, em vez de os verem entregues à lei do capital e da exploração. O boletim *O Trabalho* propõe-se participar na construção do partido de que os trabalhadores necessitam para os ajudar a voltar a esse caminho, o caminho do socialismo. ■



**N**ão passa dia sem que, no debate eleitoral, os principais políticos e jornalistas falem da chamada emergência climática como o verdadeiro “desafio” dos nossos dias.

Amplios sectores da juventude europeia e americana mobilizam-se, sinceramente preocupados com o seu futuro, ameaçado por um ambiente em deterioração. A questão é: qual é a causa; e qual é a ameaça?

Olhando os programas dos vários partidos, o acordo é pleno: as alterações climáticas são uma ameaça, e —“nós somos contra”.

Mas se todos são contra, e acham que as alterações climáticas são fortemente influenciadas pela actividade humana, portanto pelo sistema económico e social vigente — contra o qual, contudo, nenhum se manifesta fundamentalmente — então onde está a causa? E a responsabilidade? E quem paga a “solução”?

Por exemplo, o *Público* (26 de Setembro) noticiava o fecho a curto prazo da central termoeléctrica de Sines. O tom: que bom, fecha uma central poluente. O encerramento encontra-se, aliás, no programa de praticamente todos os partidos. Acarretará, diz a notícia, mais de 400 despedimentos. O chefe de um conhecido grupo ambientalista, reconhece, além disso, que uma das consequências prováveis será Portugal passar a importar energia eléctrica de centrais termoeléctricas de Marrocos, aparentemente bem mais poluentes do que Sines. Mas que importa? O “país” atingirá uma “meta”. Os trabalhadores, que não são “metas”, perdem o trabalho e o pão. Certamente, uma baixa colateral.

Por exemplo, festejou-se universalmente a chegada em fanfarras da jovem ambientalista sueca Greta Thunberg a Nova Iorque. Recebida por Guterres e pelos grandes deste mundo, que Guterres e a ONU servem. A jovem liceal sueca, cuja sinceridade não está em causa, veio de veleiro, para não ir de avião poluente. O veleiro foi posto à disposição pela família Casiraghi, descendente de piratas, que governa o Mónaco, país-refúgio dos piratas capitalistas modernos, com fortunas incomensuráveis construídas sobre uma catastrófica “pegada ecológica”...

Por exemplo, o novo partido PAN bate-se contra o consumo de carne por causa dos danos que a criação de bovinos causa à atmosfera e ao clima.

No que dão estas campanhas e que “medidas” propõem? Medidas de socialização da economia, para a população poder decidir colectivamente como usar os recursos, em vez de meia-dúzia de grandes capitalistas tudo decidirem segundo os interesses da maximização do seu lucro?

Claro que não. Contra a poluição dos carros, medidas

## Eleições Legislativas

# Falam do Clima. Mas em Vez de Quê?



**Não é muito complicado: o resultado do sistema capitalista de exploração da força de trabalho e dos recursos naturais — é a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais...**

que tornam mais caro circular de carro — e reservam, por conseguinte, essa circulação e os centros das cidades

para os ricos. Os trabalhadores são expulsos pela especulação imobiliária para as periferias, donde façam o favor de passarem horas por dia nas bichas e nos transportes públicos para chegar ao emprego.

As medidas contra o consumo de carne redundam inevitavelmente em tornar a carne mais cara, reservando-a, por conseguinte, aos ricos. E por aí adiante.

Os chamamentos, mais ou menos impregnados de moral, à

luta contra o plástico, à separação dos lixos, etc. (enquanto se reduz a recolha pública) dão o resultado de: 1) passar a haver piores serviços públicos para os moradores. 2) se exportar plástico e lixo em massa para os países dominados, onde se acumula em gigantescas lixeiras ou é vertido nos oceanos. Nas estatísticas, os países ricos averbam “grandes progressos”.

A realidade é que, mantendo-se o regime capitalista da propriedade privada dos meios de produção e do imperialismo explorador dos países dominados, todas as medidas

puramente “ambientalistas” resultam ou no aumento da exploração dos trabalhadores e dos países dominados ou na abertura de ramos de negócio tornados lucrativos por subsídios estatais (as eólicas, por exemplo) — ou nas duas coisas. Logicamente, há sectores do grande capital “verde” que apoiam as campanhas de Greta e outros ambientalistas.

É uma confusão que a agora confessa conversão de Bloco de Esquerda (e PC) à “social-democracia” ajuda a alimentar.

O capitalismo é o sistema económico em que os capitalistas sobrevivem ou soçobram vendendo no mercado com lucro. Para sobreviver, têm que explorar mais que os concorrentes a força de trabalho e os recursos naturais. O resultado é o lógico: a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais é cada vez maior. Cada vez maior é a destruição do homem e do seu ambiente natural.

Muitos jovens percebem-no e incluem palavras de ordem anti-capitalistas nas suas reivindicações ecologistas.

Mas não basta: só há solução para o homem trabalhador e para o seu ambiente se ele expropriar o capital e a sua economia anárquica e destruidora e instaurar uma economia racionalmente planeada, em que os meios de produção estejam sob o controlo dos próprios trabalhadores, da nação.

Como o capital não se renderá sem luta, a saída, para a juventude e para o trabalho, não está em apelos às instituições do capital internacional e a apoios de capitalistas “verdes”. Está em reconstruir o partido revolucionário que ajude as massas na sua luta pelo socialismo. É esse o combate deste boletim *O Trabalho*. ■

### Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;

Endereço mail: [a.internacional.pt@gmail.com](mailto:a.internacional.pt@gmail.com);

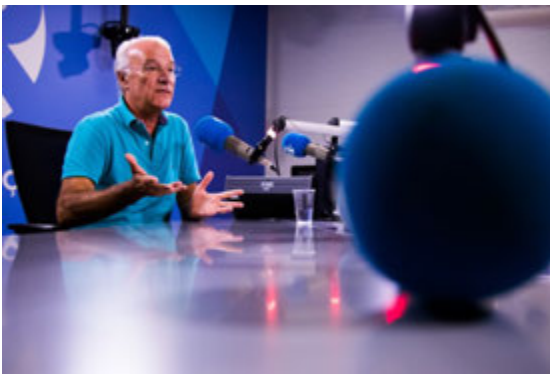
Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://ainternacional.pt>

## A direcção da CGTP contra os trabalhadores

### Lições da Greve dos Motoristas

A greve dos motoristas, como a dos enfermeiros antes, mostrou uma coisa fundamental: que, quando os trabalhadores estão unidos e decididos, podem vencer e é muito difícil vencê-los. Os motoristas venceram? Decerto, não. O que conseguiram foi relativamente modesto e frágil. No entanto, a sua luta e a sua greve provocou uma crise aguda. Só não venceram completamente porque ficaram isolados. Mas porque ficaram isolados? Não faziam eles a demonstração que, indo até ao fim, patronato e governo não teriam maneira de lhes resistir? Não teria sido a ocasião para outros sectores, com reivindicações não menos prementes, se lhes juntarem na greve?



Em Setembro, o Público entrevistou o secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos. Perguntou-lhe se faria uma greve geral “este ano”, como A. Carlos admitira há meses, por causa das gravosas alterações à lei laboral. Resposta: “Todas as formas de luta são adequadas. Na altura era preferível avançar com manifestações e foi o que fizemos.”

Ora, as manifestações não serviram para impedir as alterações à legislação laboral nem para ganhar reivindicações, como o próprio admite: “O balanço é negativo em relação à área laboral. Porque mantém no essencial a política laboral de direita.”

Em contrapartida, a greve dos motoristas teria com toda a evidência ganho se se tivesse generalizado e tido o apoio dos outros sindicatos. Daí, de resto, o alarme do patronato e do governo e as medidas antidemocráticas que este tomou contra o direito à greve. Ora, o que diz Arménio Carlos?

“Eu creio que [os sindicatos independentes, como o dos motoristas] prestaram um péssimo serviço aos trabalhadores que diziam representar porque os

encaminharam para um beco sem saída. Estes dirigentes (...) arranjarão forma de dar ao Governo um pretexto para fazer aquilo que nunca outro Governo fez em 45 anos: tentar esvaziar a lei da greve. É inadmissível a posição que o Governo assumiu. (...) Deram pretexto ao Governo para atacar o direito de greve de todos os trabalhadores que a seguir tenham necessidade de lutar.”

Pense-se o que se pensar dos dirigentes do sindicato dos motoristas ou de que sindicato for, quem fez greve foram os trabalhadores, por reivindicações justíssimas e básicas.

E fazer greve é isso mesmo: parar o trabalho até conseguir as reivindicações. Considerar que fazer greve é dar o pretexto ao governo para atacar o direito à greve é a linguagem que se espera do patronato, não de quem devia servir os trabalhadores.

Não é antes verdade que é a divisão das lutas em jornadas e greves simbólicas pela direcção da CGTP que, enfraquecendo os trabalhadores, dá a ocasião ao governo para atacar o direito à greve e dá ocasião ao patronato das empresas de transportes para perseguir individualmente os grevistas, como agora anda a fazer? ■

## Brexit, União Europeia e Vontade Popular

O que se lê na imprensa, mais à direita ou mais à esquerda, sobre a situação na Grã-Bretanha, é, em caricatura, que “Boris coleciona derrota atrás de derrota e promete resistir até ao fim” (DN). Entenda-se: querer “forçar” a saída da UE com ou sem acordo será algo de absurdo e anormal. O primeiro-ministro Boris Johnson é alguém que usurpou o cargo, que “não foi eleito e enganou o país”, nas palavras de Jeremy Corbyn, o dirigente trabalhista.

Mas “enganar o país” parece não ser exclusivo de Boris Johnson.

Existe um dilema fundamental na situação britânica: a City da alta finança, as elites que governam o país, a maioria do partido conservador, mas também a maioria dos dirigentes do Partido Trabalhista e dos responsáveis sindicais, são contra o Brexit. Corbyn não o diz abertamente, mas convive muito bem com os *Remainers*, adeptos de ficar na União Europeia.

Só que, no dia 26 de Junho de 2016, 52% dos britânicos votaram por sair da UE. Quais britânicos? O *Finan-*

*cial Times*, jornal do capital financeiro, escreveu na altura: foi um “voto de classe, o mais nítido que a Grande-Bretanha conheceu nos últimos decénios”. Votaram por sair da UE: as classes mais desfavorecidas, as zonas atingidas pelo desemprego, os bairros operários e os reformados pobres.

No parlamento britânico, tanto conservadores como trabalhistas começaram por dizer que aceitavam o voto popular. Eis, porém, que, ao aproximarem-se as datas sucessivas propostas para a saída, o essencial dos dirigentes políticos da burguesia (excepto algumas franjas do partido conservador), mas também a maioria da direcção trabalhista e dos dirigentes sindicais, levantam o espantallo do caos.

Querem à viva força um novo referendo que reverta o anterior: tal como noutras ocasiões, noutros países em que o povo votou contra a UE: por exemplo, na Irlanda, Dinamarca, França e, mais recentemente, na Grécia.

Com efeito, sempre que são chamados a votar sobre a UE, os povos votam:

contra a UE.

Não admira que, nas eleições europeias, a abstenção seja superior a 50% (em Portugal, a 70%). E que, na Inglaterra, o partido (reaccionário) que as ganhou se chamasse Brexit Party.

Claro que os trabalhadores ingleses nada têm a esperar da ala dos conservadores que apoia o Brexit (nem da que se lhe opõe). Votam contra a UE pelas suas próprias razões, pela experiência de que a UE serve para organizar, fora do alcance de qualquer eleição, a destruição dos direitos e conquistas sociais adquiridos em mais de um século de luta de classe. A União Europeia, vêem eles e vêem bem, é a Europa das multinacionais e dos banqueiros, não a Europa dos direitos sociais, do trabalho digno, a Europa dos trabalhadores e dos povos.

No mais, na Grã-Bretanha como em Portugal, será a luta de classes a decidir o caminho para a recuperação de todos os direitos. ■

# Eleições Legislativas: O Balanço

No dia 6 de Outubro, há eleições legislativas. Uma avaliação superficial, baseada nas campanhas dos partidos concorrentes, diria: bom, segundo PS, PCP e Bloco, é ou esquerda ou direita, ou o “novo caminho das pequenas melhoras” da “geringonça” ou o regresso à austeridade passista, com o PSD e CDS.

Só que os partidos da direita também dizem que o caminho deles é um caminho de pequenas melhoras e que também eles têm um Centeno para isso. Engraçado. Há dois anos, um ministro da educação

dizia que, no governo, todos eram Centenos. Agora, também os partidos da direita dizem que são Centenos.

O próprio Bloco de Esquerda também já diz que é de “contas certas” e que tem um programa social-democrata — ou seja, de “pequenas melhoras”, vigiadas por um Centeno. Mas que “pequenas melhoras” houve e haverá?

Vejamos o balanço que uns e outros fazem destes quatro anos (os destaques são nossos).

## O Que as Vozes da Burguesia Dizem que a “Geringonça” Foi

**F. Assis (deputado europeu do PS, rival de Costa)**

“(...) há uma espécie de “geringonça” oculta, o PS, o PSD e o CDS. Houve muita coisa que se fez ou que se deixou de fazer porque o PS se aliou com o PSD e o CDS. Não houve nenhuma mudança significativa na legislação laboral no sentido em que a esquerda pretendia. E esta “geringonça” oculta foi vital.” (...) Agora, há um aspecto positivo: o PCP e o BE, que tinham uma posição de absoluta intransigência

em matéria orçamental, durante quatro anos viabilizaram orçamentos que respeitam em absoluto todas as regras europeias, que continuam a comportar elementos fortíssimos de austeridade.

Orçamentos com nível de investimento público muito baixo e que contribuíram para a degradação de algumas áreas dos serviços públicos.” (entrevista ao Público, 20 de Julho)

**Houve duas geringonças, uma “oculta” PS/PSD/ CDS PCP e BE viabilizaram orçamentos de austeridade**

**Pacheco Pereira (ex-deputado do PSD)**

“(...) um dos grandes problemas desta direita: é que defronta um governo que em matéria de finanças e de economia mantém uma continuidade com as políticas da troika, em nome das “regras europeias”, com a obsessão do défice e boas notas das mesmas instituições que deram cobertura internacional ao Governo da troika-Passos-Portas. Mais do que um governo “esquerdíssimo”, é um governo do centro-esquerda no máximo.” (Público, 23 de Março)

**Foi um governo de continuidade com as políticas da troika**

**O “Expresso”**

“Há quatro anos tínhamos um confronto entre duas ideias muito distintas para o país. A continuação de uma política de austeridade, como forma para equilibrar as contas públicas e a economia, contra a promessa de uma segunda via assente num despertar do cinto.

A realidade mostrou que afinal não havia dois caminhos. Apenas um. Apesar de a esquerda, que formou uma maioria estável no Parlamento, insistir que com eles era diferente, acabou por ser tudo igual.

(...) As diferenças de 2016 diluíram-se na realidade europeia, tornando os partidos uma espécie de clones uns dos outros. (...) Todos são partidos das contas certas, e todos querem mais investimento público. Já ninguém defende a reestruturação da dívida ou a saída da União Europeia ou do euro. Até as habituais reivindicações de saída da NATO são de imediato ignoradas.” (editorial de 21 de Setembro)

**Acabou por ser tudo igual**

**A “realidade europeia” tornou os partidos clones uns dos outros**

**O reaccionário confesso**

“Costa e Centeno formam a dupla mais à direita da história da esquerda portuguesa. Centeno é tão rigoroso e liberal como Gaspar.

este PS à direita ocupa o espaço do PSD. Pois ocupa. Mas essa ocupação é feita com a visão do mundo do PSD, e não do PS. O PS já não endeusa o investimento público, já diz que a dívida é para colocar nos 100% do produto em 2024, etc. Portanto, a grande questão não é a inépcia de Rui Rio, o alvo preferencial da hidra de mil vozes e uma cabeça. O grande ponto que está em cima da mesa é a vitória intelectual e geracional da direita.” (Henrique Monteiro, Expresso de 21 de Setembro)

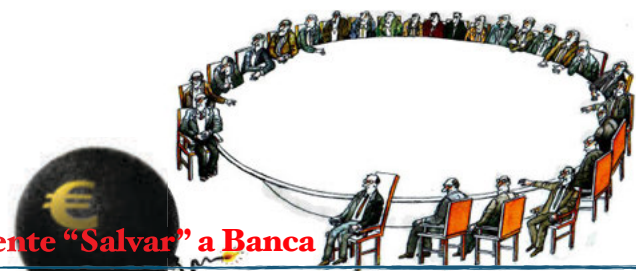
**Centeno como Vítor Gaspar, Costa como Cavaco**

**Com a geringonça, ganharam as ideias da direita**

## O Que Custou Oficialmente “Salvar” a Banca

“De acordo com os dados (que já tinham sido divulgados pelo INE no final de Março e que agora o Eurostat incluiu nos valores globais europeus), os custos líquidos assumidos pelo Estado português com a banca entre 2007 e 2018 atingiram os 19.084 milhões de euros, um valor que corresponde a 9,5% do PIB de 2018. (...) No caso português, por causa do mecanismo de capitalização contingente acordado entre o Estado e o comprador do Novo Banco, a realização de novas injeções de capital público na banca, é, para 2019, já um dado adquirido, podendo repetir-se nos anos seguintes.” (Público, 24 de Abril)

**19 mil milhões de euros, quase 10% do PIB. Até agora...**



## Eleições Legislativas: o que Nos Prepara a “Realidade Europeia”

### Contas certas e contas incertas

O tema desta campanha eleitoral são as “contas certas”. E todos são de contas certas. O PS: com Centeno, o homem das contas certas. E recordemos: no governo, todos os ministros são centenos. O PSD: com Rui Rio, o homem que diz que é de contas ainda mais certas e apresentou à nação o “seu Centeno”.

### Todos sociais-democratas

Nestas eleições, todos dizem que são sociais-democratas. Todos discutem se a pequena reforma que eu proponho é melhor do que a pequena reforma que tu propões, se se “pode” usar mais ou menos milhão do orçamento, vindo, claro, do “crescimento”, se o houver, para criar esta ou aquela pequena benesse, se o salário mínimo deve chegar a 650 euros ou a 850 e se dá para um micro-aumento para a função pública ou não...

Porquê? Porque todos os partidos aceitam a lei de Bruxelas e se propõem administrar a austeridade em nome de Bruxelas.

O último a reivindicar-se foi o Bloco de Esquerda. Segundo Catarina Martins em entrevista ao *Observador*, o Bloco apresenta, “na essência, um programa social-democrata”.

### As contas deles todos

Convém especificar quais são estas contas que são certas para todos os partidos. São:

— o défice, que há-de ser como manda Bruxelas, e transformar-se em excedente, como manda o FMI e a Comissão (ver caixa);



— os juros da dívida, actualmente uns 7.000 milhões por ano, a serem pagos por inteiro e pontualmente à banca e ao capital financeiro internacional;

— os vinte mil milhões, mais todos os que ainda forem precisos, para resgatar os accionistas dos bancos;

— salários baixos, pois, se não, as empresas “deixam de ser competitivas”.

### O que aí vem

À próxima crise, inevitável, acaba-se o famoso “crescimento”. O que farão todos os velhos e novos “sociais-

democratas” e centenos quando acabar o crescimento?

Austeridade ainda mais selvagem. Não haverá alternativa, as regras de Bruxelas impô-lo-ão.

O único remédio, para os trabalhadores mais conscientes e para a vanguarda da juventude que agora desperta é agrupar-se para construir, não mais uma social-democracia ou um “ecosocialismo” redescobertos, mas um partido dos trabalhadores, independente da burguesia e do Estado, para defender intransigentemente as reivindicações dos trabalhadores. Esse é o único caminho que abre uma verdadeira saída.

### “Sociais-Democratas”?

Social-democrata era o nome da maioria dos partidos operários no início do séc. XX. O partido bolchevique chamava-se, em 1917, Partido Operário Social-Democrata Russo.

No entanto, quando estalou a primeira Grande Guerra, os partidos sociais-democratas alemão e francês votaram o orçamento de guerra dos seus países, traíndo as suas classes operárias e os seus próprios programas internacionalistas e antiguerra.

Tornaram-se, assim, cúmplices da matança mundial que se seguiu.

Para se distinguir desta política, aqueles que se mantiveram fiéis aos princípios do movimento operário mudaram o nome para partidos comunistas.

O PSD em Portugal é um partido burguês clássico. Os seus fundadores chamaram-lhe social-democrata porque, a seguir à revolução de Abril, quem não se dissesse favorável ao “socialismo” não conseguia votos.

Sociais-democratas são, hoje, os partidos baseados no movimento operário que, como o PS, e agora o Bloco e o PCP, dizem que os trabalhadores podem ganhar reformas sem liquidar o capitalismo.

A história, nomeadamente a portuguesa, demonstra o contrário. Conquistas só se ganham pela luta. E são rapidamente destruídas pelo capital se ele não for expropriado.

E os “reformistas” acabam rapidamente a votar orçamentos de guerra ou, como recentemente entre nós, a mandar o exército e a polícia furarem greves e o Ministério Público ilegalizar um sindicato... ante o silêncio ensurdecedor de Bloco e PCP.

### O FMI manda agravar a austeridade e atacar os funcionários públicos

“No comunicado publicado pela missão presente nas últimas emanas em Lisboa para preparar o relatório anual sobre o país (...), os técnicos do FMI mostram preocupação relativamente às revisões que têm vindo a ser feitas pelo Governo nas estimativas de despesa de pessoal e vêm no sistema de progressões em vigor — e agora outra vez activo — uma causa de problemas frequentes. “*O ciclo de pára e arranca nas progressões de carreiras desde 2005 (vários anos antes do início do programa) tem sido disruptivo tanto para os governos como para os funcionários públicos e levanta questões sobre a sustentabilidade do enquadramento existente quando enfrenta flutuações económicas*”, diz o comunicado.

Depois de vários anos travadas, as progressões na carreira dos funcionários públicos estão agora a ser novamente descongeladas, havendo

ainda medidas de mitigação de parte do tempo congelado, que têm vindo a ser consideradas insuficientes pelos sindicatos, nomeadamente os afectos aos professores.”

Mas se agora [o FMI] acredita nas metas do Governo, isso não significa que os técnicos do FMI concordem com o rumo que está planeado para os indicadores orçamentais em Portugal. O FMI acha que, com a economia europeia ainda a crescer e o BCE com taxas de juro a zero, esta seria a altura ideal para ser mais ambicioso na redução da dívida. E, tal como tinha já feito em relatórios anteriores, apela a que o Governo avance já para excedentes orçamentais elevados, mais concretamente “*uma melhoria adicional de um ponto percentual no saldo estrutural primário durante os próximos dois anos*”.

(Público 17/5)

## Estados Unidos

## Agrava-se a Crise do Imperialismo Americano e Mundial Ressurge o Movimento Operário Americano

Há poucas semanas, o dispositivo militar americano esteve a 10 minutos de lançar um ataque militar maciço contra o Irão. Era a “resposta” da principal potência imperialista à destruição de instalações petrolíferas na Arábia Saudita, que feriram seriamente a capacidade de produção desta. Os “mercados” sofreram forte abalo.

O ministro americano dos estrangeiros, Pompeo, declarou: é “um acto de guerra”. Nos navios de guerra americanos, os mísseis estavam prontos a partir, e os bombardeiros americanos estavam no ar.

Ninguém se deu ao trabalho de “provar” que o Irão fosse o autor dos ataques, reivindicados pelos *Houthis* do Iémen, contra quem o regime assassino da Arábia Saudita, mais fiel aliado (com Israel) dos EUA, conduz uma guerra de genocídio.

Então, repentinamente, Trump cancelou tudo.

Não por preocupação com os interesses do povo iraniano, com os interesses do povo americano ou mesmo com a sua oposição democrata. Todos os numerosos candidatos a candidatos democratas às eleições presidenciais de 2020 partilham as in-

tenções bélicas de Trump contra o Irão.

No entanto, com as eleições a aproximarem-se, Trump teme a reacção do povo americano. E Trump arrisca a cadeia se perder as eleições.

Quanto mais se aproxima a próxima crise devastadora do capitalismo, mais este sistema, prenhe de guerra como a nuvem de chuva, empurra a humanidade para a barbárie destruidora.

Tanto mais urgente se torna reconstruir o movimento operário americano, que está ressurgindo em greves poderosas. E urgente pôr de pé um partido trabalhista que rompa a falsa alternativa entre os dois partidos capitalistas, o Republicano, actualmente dirigido pelo psicopata Trump, e o Democrata.

Publicamos abaixo excertos de uma entrevista de Alan Benjamin, membro do Conselho de Redacção do nosso jornal irmão *The Organizer*, sobre o ressurgimento do movimento operário americano, Bernie Sanders e os seus *Democratic Socialists of America* (DSA), e a luta por uma política operária independente hoje nos EUA.

**Pergunta:** Nos últimos meses, tem-se falado muito de um ressurgimento do movimento operário nos Estados Unidos. Que nos podes adiantar?

**Alan Benjamin:** Não há qualquer dúvida. Em Fevereiro de 2018, estalou uma vaga de greves de professores nos Estados (republicanos) da Virgínia Ocidental, Oklahoma, Kentucky e Arizona — todos eles Estados com leis de “protecção do direito a trabalhar” e onde é ilegal fazer greve no sector público. Os professores pararam — com o apoio esmagador dos pais e populações —, reivindicando não apenas salários melhores, mas também verbas para o ensino público e o fim do desmantelamento da escola pública pelas privatizações e escolas convencionadas (*charter schools*).

(...) A “Revolta dos Estados Vermelhos” inspirou greves semelhantes a sindicatos de todo o país: em Maio, mais de 50.000 trabalhadores de 10 cidades universitárias da *University of California* entraram em greve por melhores salários e condições de trabalho. Os enfermeiros sindicalizados na Associação dos Enfermeiros da Califórnia pararam em solidariedade, desafiando a Agência Nacional das Relações Laborais, que proíbe greves de solidariedade.

A contra-ofensiva da classe dominante não se fez esperar. (...) O Supremo Tribunal proferiu (...) uma sentença a ilegalizar, no sector público, a cobrança de quotas sindicais ditas de “justa participação”. Infligia, assim, um duro golpe à capacidade dos sindicatos para finan-

ciarem as suas actividades com as quotas dos filiados. O patronato, seguido pelos tribunais, visava liquidar de vez o movimento sindical.

Contudo, em vez de travar os professores e outros sindicalistas e a sua resistência, esta sentença o que fez foi despertar um gigante adormecido. Do exemplo das greves de professores dos “Estados vermelhos” aprenderam os sindicalistas que os trabalhadores e os seus sindicatos conseguem vingar quando aplicam a sua força colectiva.

No Outono de 2018, mais de 7.000 trabalhadores dos hotéis Marriott arrancaram com greves em oito cidades dos Estados Unidos.(...) Ao fim de dois meses de batalha acesa contra (...) a actualmente maior cadeia de hotéis do mundo, os trabalhadores hoteleiros ganharam a maior parte das reivindicações.

O ressurgimento do movimento operário deu mais um salto em frente nos primeiros meses de 2019, quando dezenas de milhares de educadores pararam, em Los Angeles e Oakland, na Califórnia — Estado “azul” [democrático] —, reivindicando contratos justos e o fim da ofensiva privatizadora, à força de escolas convencionadas, imposta pelos funcionários do Partido Democrático. A sua determinação em manterem-se em greve pelo tempo que fosse preciso obrigou os directores das escolas e os funcionários estatais a voltarem a sentar-se à mesa de negociações e a concederem aos sindicatos a maior parte das reivindicações — ainda que não todas.

Outra manifestação clara desta nova combatividade do movimento operário foi o apelo de Sara Nelson, em Janeiro de 2019, a uma greve nacional para pôr termo aos 35 dias de encerramento dos serviços da administração federal do Estado — o mais longo da história americana —, que fez com que 800 mil trabalhadores tivessem de trabalhar sem pagamento nem possibilidade de recurso. O apelo de Nelson, presidente do Sindicato dos Assistentes de Bordo, fez soar os alarmes nos corredores do poder, levando a administração Trump a cancelar imediatamente o encerramento. Este surto de militância operária enfunou, por seu turno, as velas ao esforço de sindicalização no sector público e em inúmeros outros(...). A taxa de sindicalização não tem caído, como se previa; tem aumentado.

Outro sinal da mudança dos tempos no trabalhismo foi o congresso nacional de um dos sindicatos tradicionalmente conservadores, o *Painters and Allied Trades union* (IUPAT), Sindicato dos Pintores e Afins, votar uma resolução a condenar quer as rusgas da ICE (a Guarda Fiscal dos EUA) quer a deportação de 680 trabalhadores imigrantes dos aviários do Mississippi, bem como os assassinatos racistas de trabalhadores “latinos” e suas famílias em El Paso, no Texas.

A resolução do IUPAT declara, em parte: “As rusgas da Guarda Fiscal e a agressão dos supremacistas brancos que vitimou 22 pessoas são, ambas, actos de terrorismo contra o povo trabalha-

(continua p. 7)

## Argélia

### “Fora o Regime! Fora as Privatizações!”

Conversa com Abdelkader Bentaleb, militante do Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas

#### Desde que foram anunciadas eleições presidenciais para 12 de Dezembro, o regime parece ficar cada vez mais nervoso....

Efectivamente. O chefe de Estado-Maior, Gaid Salah, anunciou que, em 20 de Setembro, o acesso a Argel seria bloqueado, proibindo o acesso à capital para a manifestação de Sexta-feira. Há uma quantidade de actos de repressão “cirúrgicos” contra militantes, advogados ou simples cidadãos sob qualquer pretexto.

#### Isso levou ao refluxo do movimento popular?

Bem pelo contrário: na Sexta-feira de manhã, a população de Argel distribuiu pequenos-almoços a manifestantes vindos de fora da capital de autocarro, de carro e mesmo de barco na véspera e durante a noite. As manifestações foram maciças, e o chefe de Estado-Maior concentrou sobre si as palavras de ordem. “*O povo exige a destituição de Gaid Salab!*” foi uma das mais populares. Ouviram-se igualmente palavras de ordem que combinavam aspirações democráticas e aspirações sociais. Contra as eleições presidenciais, gritava-se: “*Não há trabalho, não há dinheiro, não se vota!*”. Em resposta ao fecho da capital: “*Vigiem a Total, não a*

*capital!*” (alusão à multinacional francesa que, com o aval do regime, pretende meter a mão ao petróleo que o povo argelino conquistou e nacionalizou). E a luta contra a repressão mobiliza constantemente: multiplicam-se os comités, e multiplicam-se as concentrações diante dos tribunais e esquadras da polícia.

#### E a classe operária?

Está no centro da mobilização. Em Bejaia, “*exprimindo a rejeição das eleições presidenciais*”, a maior parte das organizações operárias, políticas e sindicais apela à greve geral no dia 24, afirmando: “*Ficou claro que as marchas semanais não chegam para impor a relação de forças necessária para acabar com o sistema.*” Nos campos petrolíferos, ouvem-se cada vez mais trabalhadores e militantes sindicais a dizerem: “*Fora o sistema ou paramos de furar!*” Nos portos, os trabalhadores obrigaram a restaurar o monopólio público (...). O que se joga com as presidenciais e a sobrevivência do regime é a continuação das recomendações do FMI, transpostas para a lei orçamental para 2020. Para os trabalhadores, “*Fora o regime!*” significa, pelo contrário, “*Fora as privatizações, fora as reformas e fora a austeridade!*”

#### Em 23 de Setembro, começa o processo de Louisa Hanoune, se-

#### cretária-geral do Partido dos Trabalhadores (PT)...

O COSI tomou posição logo que se soube da sua detenção, em 9 de Maio, considerando que o regime não tem o direito de se ingerir nos assuntos de um partido político. O COSI esteve presente na sede do PT, em 18 de Setembro, protestando, com outras organizações e militantes, contra a detenção e apoiando-a e ao seu partido, como sempre tem feito. A solidariedade contra a repressão é para nós questão de princípio. Não obstante, o COSI mantém na íntegra as suas divergências políticas com Louisa Hanoune e o PT.

#### Qual é a posição do COSI sobre as presidenciais?

O COSI publicou uma declaração em 16 de Setembro: “*Não às presidenciais, unidade para organizar: o boicote*” e “*convocação e eleição imediata da Assembleia Constituinte soberana*”. A rejeição das presidenciais é muito generalizada. Mas é preciso debater nos comités populares a necessidade da greve geral, do boicote e da convocação imediata da Constituinte, pois é a única maneira de acabar realmente com o sistema, dar a palavra ao povo e permitir satisfazer as suas aspirações democráticas e sociais. ■

### Estados Unidos - O Ressurgimento do Movimento Operário (cont. p. 6)

*dor (...) o que faz avançar os direitos de todos os trabalhadores deste país é a solidariedade entre raças e a solidariedade na luta de classe. Não permitiremos que nenhum vigilante, político, governo ou patrão nos drávida.*”(...)

**Pergunta:** Este ressurgimento do movimento operário tem-se estendido ao terreno político, e, se sim, como?

**Benjamin:** Tem, sim. Isso tem assumido múltiplas formas, mas uma das mais significativas é, a meu ver, o lançamento do *Workplace Democracy Act* por Bernie Sanders na sua campanha eleitoral: “*um plano para dobrar a sindicalização nos próximos quatro anos*”. Não que a direcção do Partido Democrático vá fazer alguma coisa por este plano a não ser discursos de circunstância; mas ele tem sido aplaudido entusiasticamente por muitos dirigentes e militantes sindicais a todos os níveis, que já se estão “organizando para garantir que ele seja aplicado na prática”, para citar um sindicalista reformado da Carolina do Sul.

O Projecto de Lei sobre Democracia no Trabalho prevê, entre os 16 pontos de que consta, os seguintes:

- \* Possibilidade de sindicalização de trabalhadores através de um processo de adesão maioritária, (...)
- \* Eliminar o “direito a trabalhar por menos” (...)
- \* Proibir as empresas de explorarem sem escrúpulos os trabalhadores, classificando-os como “independentes” ou chamando-lhes “quadros” para não lhes pagar horas extraordinárias.
- \* Conferir o direito de greve aos funcionários públicos federais. (...)
- \* Proibir a substituição permanente de grevistas.
- \* Proteger as pensões dos trabalhadores. (...)

Estas reivindicações correspondem àquilo por que o movimento sindical se tem — em vão — batido desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Só que (...): como há-de este Projecto de Lei sobre Democracia no Trabalho ver a luz do dia? Quando em

funções, Bill Clinton legislou o NAF-TA, acordo de “comércio livre” anti-operário que acelerou a fuga maciça de postos de trabalho sindicalizados para baiúcas a baixos salários ou *maquiladoras* do lado de lá da fronteira Sul.

O aparelho do partido, concentrado no *Democratic National Committee* (DNC), falseou as primárias de 2016 contra Sanders e já está a trabalhar no falseamento destas primárias. Isto passa por manter os chamados “super-delegados” na segunda volta, bloqueando a eleição de Sanders; promover a “progressista” Elizabeth Warren para minar Sanders e canalizar a sua base para a política democrata tradicional; e modificar as regras de financiamento do partido, por forma a solapar as fontes de financiamento independentes de Sanders.

O aparelho do Partido Democrático precisa de Bernie Sanders para ele o ajudar a canalizar outra vez para o partido os eleitores jovens e operários, para bater Trump. Mas só para isso. E Sanders aceitou jogar pelas regras. ■

## Catalunha / Estado espanhol

**Espanha Ingovernável?**

**A incapacidade do chefe do PSOE, Pedro Sánchez, para chegar a acordos de governo tanto “à esquerda” como “à direita” mantém a Espanha aparentemente ingovernável. No dia 10 Novembro, haverá as quartas eleições gerais em quatro anos. Crise sem precedentes, que surge associada à proclamação da República na**

A política espanhola está a enfrentar a maior crise política do período pós-ditadura.

O PSOE, partido mais votado nas eleições de Abril, mas minoritário nas Cortes, só poderia formar governo fazendo acordos com outros partidos. Falou-se muito de uma solução “à portuguesa”, uma “geringonça”. Contudo, se, em Portugal, a condição fundamental era o acatamento dos tratados e das ordens de Bruxelas, que PCP e Bloco de Esquerda nunca puseram verdadeiramente em causa, em Espanha acresce o acatamento do regime monárquico, da justiça e do exército franquistas e da repressão das nacionalidades. E, embora o PSOE tivesse demonstrado estar disposto a alinhar com o regime monárquico na supressão do direito à autodeterminação e outras liberdades democráticas, já o *Unidas Podemos* de Pablo Iglesias mantinha uma certa reserva face à repressão. Além disso, Iglesias solicitava lugares de ministros e negociação com as forças independentistas da Catalunha. Sánchez não estava disposto a isso, que implicava o choque com a monarquia e a justiça franquistas.

Os partidos de direita estenderam então a mão a Sánchez. Punham, porém, três condições. Uma era a reactivação do artigo 155.º da Constituição (supressão do governo “autónómico”) em caso de desobediência civil face à provável condenação dos presos políticos catalães pela justiça franquista; outra, a ruptura do acordo com os independentistas bascos do *Bildu* que permitira ao PSOE formar governo em Navarra.

Sánchez precisava de fazer concessões. À esquerda, isso significava negociar com os políticos catalães e considerar indultos aos presos; à direita, intensificar a repressão na Catalunha.

É esta bipolarização extrema da política em Espanha entre monarquia e democracia, reflectindo a luta de classes, que torna o país ingovernável sob a constituição monárquica. PSOE, como *Podemos*, são triturados entre, de um lado, monarquia e instituições do franquismo, com que não rompem, e, do outro, as aspirações sociais, democráticas e nacionais dos trabalhadores e povos do Estado espanhol.

A ingovernabilidade da Espanha também produz efeitos na política catalã. O dilema dos vários grupos do movimento independentista é fazer acordos e soluções pactuadas com o Estado espanhol ou confrontar-se com

**Catalunha, à bipolarização social crescente, com a fragmentação do partido pós-franquista tradicional, o PP, e o reaparecimento público da extrema-direita abertamente fascista (“Vox”). O artigo abaixo foi escrito em colaboração com camaradas da Assembleia Nacional Catalana (ANC) em Lisboa.**

ele para obrigá-lo a negociar. O partido maioritário, a Esquerda Republicana (ERC), parece seguir a primeira linha: buscar o diálogo com o Estado espanhol e um possível novo referendo no futuro. O PDeCat, de Puigdemont, a CUP e organizações da sociedade civil, como a Òmnium e a ANC, apostam na mobilização da cidadania para a rua, desafiando as estruturas do Estado para forçá-lo a negociar.

O mês de Outubro, que se avizinha, trará muitas notícias da Catalunha. Será proferida a sentença contra os presos políticos catalães, e o povo sairá com certeza à rua a protestar. O Estado espanhol já recomeçou as tentativas de intimidação. Nove activistas catalães dos Comitês de Defesa da República foram presos há dias, acusados de estarem a preparar futuras manifestações e de “terrorismo”.

Tanto a associação cultural Òmnium (pela voz do seu presidente Jordi Cuixart, preso), como a ANC e o próprio presidente do Governo da Catalunha, Quim Torra, têm falado em desobediência civil. Esperam-se mobilizações massivas. O confronto com as instituições do Estado é inevitável.

Só a mobilização directa do povo catalão e dos trabalhadores e povos de todo o Estado espanhol contra a monarquia, pela República e pelos direitos democráticos e nacionais poderá cortar de vez o nó górdio da ingovernabilidade da Espanha e abrir caminho à mudança eo futuro da Catalunha. ■

**Diada catalã comemorada em Lisboa**

No passado dia 11 de Setembro também em Lisboa se celebrou, na livraria Ferin, o Dia Nacional da Catalunha, em acto co-organizado pelo Casal Catalão de Lisboa e pela Delegação do Governo da Catalunha em Portugal. O evento contou com discursos institucionais, mostra de vídeos históricos, declamação de poemas em catalão com tradução portuguesa e um concerto de violoncelo de músicas catalãs. A Diada comemora o dia 11 de setembro de 1714, em que as forças da Catalunha reconheceram a sua derrota frente à monarquia espanhola. O simbolismo deste dia é carregado: representou o fim das liberdades civis e políticas do povo da Catalunha, até aos dias de hoje. Nos últimos anos, a Diada tornou-se no dia em que os catalães saem à rua a reclamar a sua identidade e o fim do reinado

do Estado espanhol sobre o seu território. Em anos anteriores chegou a haver mais de um milhão de pessoas organizadas numa só manifestação.

Este ano, mesmo com a divisão no movimento independentista, muito brava-teada pelos meios de comunicação a soldo da monarquia, a concentração da Diada de Barcelona juntou, segundo a polícia, 600 mil pessoas, enchendo, apesar da desinformação mediática, algumas das principais avenidas e praças do centro de Barcelona. ■

